



TERMO DE REFERÊNCIA

1.1 - UNIDADE REQUISITANTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTO E FINANÇAS

2 - OBJETO: Contratação de empresa especializada, pelo regime de empreitada global, para execução da renovação e aprimoramento do sistema de som com **fornecimento** e instalação de equipamentos da sala de sessões no edifício sede pertencente ao Complexo Aldeota do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, situado a Avenida Santos Dumont, 3384- Fortaleza-CE.

2.1 - JUSTIFICATIVA: A renovação do sistema de som da sala de sessões da casa sede do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª região, demandará o **fornecimento** e instalação de equipamentos novos com adaptação ao sistema de som existente, por empresa especializada, e haverá de repercutir favoravelmente no desempenho das atividades ali desenvolvidas.

2.2 - Os itens foram agrupados em lote único, tendo em vista à natureza **do fornecimento** e serviços e à economia de escala, ou seja, o agrupamento, neste caso, poderá trazer economia em função de um maior valor envolvido; o objeto não recebeu qualquer parcelamento, haja vista que os serviços a serem executados são todos de mesma natureza, sendo que a falta ou atraso de único item tem potencial de gerar prejuízo na operação do objeto como um todo, ocorrendo ainda com a unificação a otimização dos custos da administração local dos serviços já previsto no orçamento detalhado.

2.3 - O regime de execução contratual adotado será a empreitada por preço global, nos termos do art. 6º, inciso VIII, alínea “a” da lei 8666/93, sendo a execução dos serviços por preço certo e total.

2.4 – Trata-se de fornecimento de **equipamentos de som** e serviços de montagem comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 1º, da lei nº 10520 c/c o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto 3555/00 e parágrafo primeiro do artigo 2º do Decreto 5.450/05.

2.5 -O contratado não poderá subcontratar o objeto desta contratação.

3 - ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO

3.1 - Referências Gerais dos Serviços

As referências para **o fornecimento** e execução dos serviços encontram-se em anexo. Para os equipamentos e materiais também deverão ser respeitadas as normas e manuais de instalação fornecidos pelos fabricantes.

Os materiais a serem instalados deverão ser novos, de classe, qualidade e grau, adequados e deverão estar de acordo com as últimas revisões dos padrões da ABNT.

Eventuais referências de marcas e modelos de equipamentos descritos nos projetos e especificações, não vincula o fornecimento dos mesmos, sendo meramente referencial



quanto as características técnicas gerais dos equipamentos, podendo ser oferecido material ou equipamento de qualquer marca que atenda as especificações técnicas.

4 - DA HABILITAÇÃO

4.1 Para fins de habilitação ao certame, os interessados terão de satisfazer os requisitos relativos a:

- a) cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e na Lei nº 9.854/99;
- b) habilitação jurídica;
- c) regularidade fiscal e trabalhista;
- d) qualificação técnica, conforme item 4.1.4.

4.1.1 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da CF, dar-se-á mediante declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze).

4.1.2 Os documentos relativos à **Habilitação jurídica** são:

- a) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na junta comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- b) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no registro civil das pessoas jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- c) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela junta comercial ou pelo registro civil das pessoas jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da instrução normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comercio - DNRC;
- d) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país: decreto de autorização;
- e) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

4.1.3 Os documentos relativos à **Regularidade Fiscal e Trabalhista** são:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais (Dívida ativa da União e INSS);



- c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal e estadual relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, instalação de som;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS- CRF;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.
- f) prova de regularidade com a Fazenda Municipal e estadual do domicílio ou sede do licitante.

4.1.4- Os documentos relativos à **Qualificação técnica** são:

- a) Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), **conforme áreas de atuação previstas no termo de referência**, em plena validade;
- b) Indicação de responsável técnico nas áreas de engenharia elétrica ou eletrônica que deverá pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para a entrega da proposta, entendendo-se como tal; para fins deste edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; administrador ou diretor; o empregado devidamente registrado em carteira de trabalho e previdência social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

5 - DADOS COMPLEMENTARES

5.1 - Do Preço

No preço ofertado deverão estar incluídas todas as despesas com impostos, taxas, fretes, contribuições e outras que se fizerem necessárias à plena e completa execução do objeto, inclusive a mobilização para a execução dos serviços.

5.2 – Da Visita

A empresa interessada poderá realizar visita ao local dos serviços, Avenida Santos Dumont 3384-Fortaleza-CE, a fim de conhecer a área onde serão realizados os serviços. Não será motivo de inabilitação, a não realização da visita, porém, o licitante deverá apresentar declaração escrita de que conhece as condições locais para a execução do objeto da licitação, sob pena de inabilitação. Caso a empresa tenha dúvidas, poderá consultar a Divisão de Manutenção e Projetos deste Regional, através dos telefones (85) 3388-9465 ou (85) 3388-9265, ou em seu endereço, na Rua Vicente Leite, Nº 1281 – Aldeota – Fortaleza / CE.

A visita será acompanhada por servidor designado, para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8:00 horas às 14:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone 33889465.



5.3 – Do Critério de Aceitabilidade de Preços Unitários

Os preços unitários apresentados pelos licitantes não poderão ser superiores aos correspondentes do TRT 7ª Região, por estes já adotarem o limite máximo estabelecido para serviços públicas da Administração Pública Federal.

5.4 - Prazo para Execução dos Serviços

O prazo de execução será de 60 (sessenta) dias corridos. Prazo contado do recebimento, pela contratada, da Ordem de Serviço a ser emitida pela Divisão de Manutenção e Projetos. O horário normal dos serviços será de segunda a sexta das 7h30min às 18h30min. As atividades pertinentes ao contrato poderão ser realizadas, extraordinariamente, fora do horário, desde que autorizadas pela Fiscalização da Divisão de Manutenção e Projetos.

5.5 - Prazos para Recebimento dos Serviços

Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

- a) Provisoriamente, pelo fiscal que acompanhou a execução do contrato, com base no que foi observado ao longo do acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até cinco dias da comunicação escrita do contratado;
- b) Definitivamente, a cargo de outro servidor ou comissão responsável pelo recebimento definitivo, no prazo de até 10 dias, a partir do recebimento provisório com base na verificação do trabalho feito pelo fiscal e na verificação de todos os outros aspectos do contrato que não a execução do objeto propriamente dita, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, observado o disposto no art. 69 da Lei nº. 8.666/93.;

5.5.1 - Em nenhuma hipótese, será realizado o recebimento provisório dos serviços com pendências a serem solucionadas pelo contratado.

5.5.2 - Havendo pendência durante a vistoria, será necessária nova comunicação escrita da contratada, após solucionadas todas as falhas apontadas pela fiscalização, os serviços serão considerados concluídos na data da última comunicação escrita da contratada, desde que não relacionadas pendências pela fiscalização.

5.5.3 - O recebimento definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios de qualidade ou disparidade com as especificações técnicas ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente.

5.6- Da Garantia dos Serviços Executados

No mínimo 1 (ano) para equipamentos e 5 (cinco) anos para os demais itens como acessórios, cabos e conectores, contados do recebimento definitivo.

No ato da entrega dos equipamentos, o fornecedor deverá indicar local para assistência técnica em Fortaleza ou região metropolitana, com endereço e telefone para contato, comprovando que o mesmo prestará assistência técnica ao objeto deste termo. Caso a



assistência não seja prestada em Fortaleza ou região metropolitana, o fornecedor deverá DECLARAR que assumirá todos os custos necessários, quando, durante a garantia, apresentar defeito de fabricação.

6 - FORMA DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado na conta bancária fornecida pela empresa, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento definitivo, ocasião em que este Tribunal verificará a regularidade com a Fazenda Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União e INSS), com a Fazenda Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como a regularidade trabalhista, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.1 - A medição que será realizada quando da conclusão dos serviços.

6.2 - O pagamento referente à medição única ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos serviços.

6.3 - O pagamento da medição única de serviços, bem como o recebimento provisório do objeto, demandará a apresentação dos seguintes documentos:

- a. Ofício de apresentação de Medição;
- b. Boletim de Medição;
- c. Relação mensal com o nome, RG, CPF e função do pessoal executante do serviço;
- d. Certidão conjunta relativa aos tributos federais (Dívida ativa da União e INSS);
- e. Certidões que comprovem a regularidade perante as fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- f. Certidão de Regularidade do FGTS- CRF;
- g. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- h. Relatório de Encerramento do Serviço contendo: Fotografias dos itens executados;
- i. Relatório de Acidentes de Trabalho sintetizado contendo todas as CAT's (Comunicações de Acidente de Trabalho), quando houver.

j. **fornecimento das notas fiscais**

7. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

7.1. A gestão e a fiscalização da contratação caberá aos representantes da Administração especialmente designados. Nos impedimentos e afastamentos legais deste, suas funções serão desempenhadas por seus respectivos substitutos.



7.1.1. A Administração poderá alterar a designação dos gestores e fiscais, quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à Contratada, sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

7.2. O gestores e fiscais designados exercerem, de forma segregada, as atribuições previstas na Resolução TRT7 nº. 200/2014, e tudo o mais que for necessário visando o adequado acompanhamento e fiscalização da execução contratual, devendo ainda providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer.

7.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos gestores e fiscais deverão ser solicitadas, em tempo oportuno, à Diretoria competente, para adoção das medidas que julgar convenientes.

7.4. A gestão e a fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

8 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Antes do início da execução contratual, designar formalmente (mediante comunicação escrita) preposto responsável por representar a contratada durante esse período;

8.2 – Registrar a ART (anotação de responsabilidade técnica) ou RRT (registro de responsabilidade técnica) dos serviços junto a conselho próprio.

8.3 - Empregar todo o empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados.

8.4 - Atender ao chamado do CONTRATANTE para recebimento da Ordem de Serviço no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação, por escrito.

8.5 - Iniciar a prestação dos serviços contratados imediatamente após o recebimento da ordem de serviço.

8.6 - Entregar os serviços nas quantidades, forma, prazo e locais estabelecidos neste Termo de Referência e Anexos.

8.7 - Reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, em prazo máximo de 60 dias a contar do recebimento da notificação.

8.8 - Cientificar, imediatamente e por escrito, a execução dos serviços, para que seja efetivado o recebimento provisório.

8.9 - Fornecer os materiais, bem como a mão-de-obra necessária à execução dos serviços.

8.10 - Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer outras que forem devidas e resultantes da execução dos serviços.

8.11 - Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.



8.12 - Manter, durante toda a execução do contrato, no local de trabalho, Diário de Obra/Livro de Ocorrências para os registros cabíveis, em três vias. Deverá ser utilizado como folha padronizada do Diário de Obra o modelo disponibilizado no Anexo VIII deste Termo.

8.13 - Entregar o local destinado à instalação dos serviços devidamente limpo, livre de resíduos e com os reparos necessários.

8.14 - Responder por perdas e danos que vierem, comprovadamente, causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, em razão da ação ou omissão dolosa ou culposa de seus empregados ou prepostos.

8.15 - Não executar, sem devida autorização, por escrito, pelo fiscal do contrato, os serviços decorrentes de fatores não previstos ou somente evidenciados durante o transcorrer dos mesmos.

8.16 - Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego;

8.17 - Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;

8.18 - Capacitação de todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, observada a carga horária mínima de duas horas mensais, com ênfase na prevenção de acidentes, conforme a Resolução CNJ 98/2012;

8.19 - Aceitar os acréscimos e supressões previstos na Lei 8.666/93 e decreto 7983/13;

8.20 Atendimento às normas regulamentadoras expedidas pelo MTE, quanto à Segurança e Medicina do Trabalho;

8.21 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

8.22 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

8.23 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

8.24 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do código de defesa do consumidor (lei nº 8078, de 1990), ficando a contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.25 Emitir nota fiscal em conforme com o objeto executado, qual seja, nota de serviço e nota de venda de equipamentos separadamente;

8.26 Proceder, por profissional habilitado, treinamento para operação do sistema de som para aproximadamente seis servidores, com carga horária de vinte horas.

8.27 Concordar com a adequação do projeto básico, sendo que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite estabelecido do artigo 65, inciso 1º, da lei 8666/93, nos termos do decreto nº 7983/13 .

9 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 - Emitir a Ordem de Serviço, em até 60 dias da assinatura do Contrato;

9.2 - Buscar, junto à Administração, todas as condições indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais;

9.3 - Atestar a nota fiscal/fatura para efeito de medições de serviços;

9.4 - Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do contrato, cabendo registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas, faltas ou impropriedades.

9.5 - Promover o pagamento na forma e no prazo estipulados neste termo.

10 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O atraso injustificado no atendimento à convocação para recebimento da Ordem de Serviço ou na execução do contrato sujeitará o Contratado à multa de mora, no percentual de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, calculada sobre o valor dos serviços executados intempestivamente, limitada a 10% (dez por cento).

10.2 Se o atraso de que trata o item 10.1 ultrapassar o prazo de 15 dias, a Administração poderá entender pela inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso."

10.3 - Além da sanção prevista nos itens 10.1 e 10.2, a Contratada poderá incorrer nas seguintes penalidades:

a. ADVERTÊNCIA;

b. MULTA, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela inadimplida, na hipótese de inexecução parcial do Contrato;

c. MULTA, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, nas hipóteses de inexecução total;

d. MULTA, conforme estabelecido na tabela abaixo:

Nº	Descrição da Infração	Valor das Multas (R\$)
01	Ausência de uniformes ou más condições dos mesmos / Funcionário	50,00
02	Ausência de Registros ou Exames Médicos / Funcionário	50,00
03	Não-fornecimento do EPI ou inadequado ao trabalho / Ocorrência	300,00
04	Não-uso do EPI ou uso inadequado dentro do canteiro / Ocorrência	300,00
<i>Observação: Em caso de reincidência, a multa cobrada será o dobro da anterior.</i>		



e. MULTA, no percentual de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total do contrato, para os demais casos de descumprimento contratual.

10.4 - A contratada estará sujeita ainda a outras sanções administrativas, conforme a modalidade de Licitação a ser adotada.

10.5 - A aplicação de sanções previstas neste instrumento será sempre precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa, cuja intimação dar-se-á na forma da lei, inclusive através de fax ou e-mail.

11 - VALOR ESTIMADO TOTAL DAS DESPESAS

R\$ 48.967,58 (quarenta e oito mil novecentos e sessenta e sete reais e cinquenta e oito centavos)

12 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa decorrente desta contratação correrá à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste Regional.

13 - IMPACTO ORÇAMENTÁRIO NOS DOIS EXERCÍCIOS FINANCEIROS SUBSEQÜENTES: Não haverá.

14 - DOS ANEXOS AO TERMO DE REFERÊNCIA

São partes integrantes deste Termo de Referência os seguintes anexos:

ANEXO I - Projetos;

ANEXO II - Planilha Orçamentária;

ANEXO III - Planilha de composição de preços unitários;

ANEXO IV - Cronograma Físico-Financeiro;

ANEXO V – Especificações técnicas;

ANEXO VI - Modelo de planilha de composição da Taxa de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI);

ANEXO VII - Modelo de planilha de composição dos Encargos Sociais incidentes sobre mão-de-obra horista;

ANEXO VIII - Modelo padronizado de Diário de Obras.

Fortaleza, 20 agosto de 2019

Engº Civil RENATO ALVES MEES
Analista Judiciário TRT 7ª Região

Engº GUSTAVO DANIEL GESTEIRA MONTEIRO
Diretor da Divisão de Engenharia